



**P.B.H. - ATIVOS S/A**  
**REGISTRADO**

Livro nº 01  
Fls.: 24 - Registro 42/2015  
25/08/15 Atos

**CONTRATO** 016/2015

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o PBH ATIVOS S/A e a empresa SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S/A.

A PBH ATIVOS S.A, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º andar, Bairro Centro, CEP 30.130-003, Belo Horizonte, MG, CNPJ/MF nº 13.593.766/0001-79, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Ricardo Augusto Simões Campos, CPF/MF 236.124.106.44, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S/A**, neste ato denominada **CONTRATADA**, detentora do CNPJ 69.034.668/0001-56, situada na Alameda Araguaia nº 1.142, bloco 3, Alphaville, Barueri/ SP, CEP: 06455-000 celebram o presente Contrato decorrente do Pregão eletrônico 002/2015, processo administrativo nº 03.15.213, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de créditos/auxílio alimentação/refeição através de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de chip de segurança aos empregados da PBH Ativos S/A, que possibilitem a aquisição de alimentos "in natura" e refeições prontas, respectivamente, através de redes de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme anexos deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO RECURSO FINANCEIRO**

2.1. O custo da presente aquisição ocorrerá por disponibilidade financeira da PBH Ativos S/A, nos termos do artigo 12 da Lei Municipal n. 10.003 de 25/11/2010.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR**

3.1. O presente contrato tem o valor estimado para 12 (doze) meses de R\$ 97.680,00 (noventa e sete mil, seiscientos e oitenta reais) tendo em vista o valor unitário de R\$ 18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos) do benefício Vale Alimentação ou Refeição conforme a tabela a seguir:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	VLR UNIT.	Nº DIAS POR MES	Nº DE MESES	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
01	Fornecimento de Vale Refeição ou Vale Alimentação com chip de segurança	20	18,50	22	12	0 (zero)





#### CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

- 4.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com os termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- 4.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.
- 4.3. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do contrato inicial e observada a legislação em vigor. Nos casos de majoração do valor contratual exigir-se-á reforço da garantia prevista na Cláusula Décima Terceira deste contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

- 5.1. O valor do presente contrato poderá ser reajustado com base na atualização do valor unitário do benefício Vale Refeição ou Alimentação, concedido aos empregados.

#### CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I deste contrato.
- 6.2. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.
- 6.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto à prestação do serviço.
- 6.4. Garantir a boa qualidade do serviço prestado.
- 6.5. Apresentar **no prazo máximo de 10 dias corridos**, contados da assinatura deste, a relação dos estabelecimentos credenciados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, relativa ao cartão alimentação e cartão refeição, acompanhada de DECLARAÇÃO de que as informações constantes nas listagens são verdadeiras, conforme item 1.4 do anexo deste contrato.
- 6.6. Fornecer cópias dos convênios celebrados com os referidos estabelecimentos credenciados, quando solicitado pelo Contratante.
- 6.7. Ampliar a rede de estabelecimentos credenciados mediante solicitação, devidamente motivada pelo Contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento do referido pedido.
- 6.8. Manter nos estabelecimentos credenciados e filiados à sua rede, em local visível e de fácil localização, informação de sua adesão ao sistema do contrato, através de placas, selos identificadores ou adesivos.







- 6.9. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.
- 6.10. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no item 7 do edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 6.11. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- 6.12. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- 6.13. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à prestação deste serviço.
- 6.14. Garantir os créditos disponibilizados referentes ao benefício do vale Alimentação ou Refeição por um período de 60 (sessenta) dias após o término da vigência deste contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através da Gerência Administrativa e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis ou necessárias ao melhor e fiel cumprimento contratual.
- 7.2. Fiscalizar a manutenção pela CONTRATADA, das condições de habilitação e qualificações exigidas no item 7 do Edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 7.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.
- 7.4. Efetuar o pagamento dos serviços contratados na forma e prazo fixados neste contrato.
- 7.5. Disponibilizar, à CONTRATADA, sempre que solicitadas, informações necessárias à execução dos serviços objeto deste contrato.
- 7.6. Aplicar as penalidades legais e contratuais.
- 7.7. Responsabilizar-se pela comunicação da quantidade de Vale Alimentação ou Refeição a serem fornecidos e o valor unitário.





## CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. Os documentos fiscais deverão ser atestados mensalmente pela Gerência Administrativa, após a prestação dos serviços.
- 8.2. O pagamento será efetuado pela Gerência Financeira da PBH Ativos S/A, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da data da apresentação da fatura respectiva, relativa ao serviço prestado.
- 8.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizada e o período da execução.
- 8.4. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente e deverá entregá-la até 1 (um) dia após sua emissão.
- 8.5. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

## CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeita a Contratada às seguintes sanções administrativas:
  - a) advertência;
  - b) multa;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.2. Compete ao Diretor Executivo da PBH Ativos S/A aplicar as penalidades previstas no subitem 9.1. letras “a”, “b” e “c”, devendo o recurso administrativo ser analisado e julgado pelo Diretor Presidente da PBH Ativos.
- 9.3. Compete ao Diretor Presidente da PBH Ativos S/A aplicar as penalidades previstas no subitem 9.1, letra “d” e o recurso administrativo será analisado e julgado pelo Conselho de Administração da PBH Ativos.
- 9.4. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA da plena execução do objeto contratado.
- 9.5. Da advertência:

9.5.1 A sanção de advertência, prevista neste instrumento, consiste em comunicação formal ao infrator decorrente da inexecução de deveres que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a CONTRATANTE.







## 9.6. Da multa:

9.6.1. O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I - multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na execução de serviços, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- II - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
- III - multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:
  - a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
  - b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela PBH Ativos S/A;
  - c) tumultuar a sessão pública da licitação;
  - d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
  - e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de licitação;
  - f) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- IV - multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
  - a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93;
  - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
  - c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo Contratante, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
  - d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
  - e) não devolver os eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
  - f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
  - g) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;





- h) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo Contratante;
- i) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- j) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales-refeições, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- k) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

V - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

VI - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;

VII - indenização a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à CONTRATANTE superiores aos contratados.

9.6.2. Se a recusa em assinar o contrato a que se refere o inciso II do subitem 9.6.1 for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

9.6.3. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

9.6.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

9.6.5. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

9.6.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

## CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXTINÇÃO E RESCISÃO

11.1. O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação ou judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.

11.2. O presente contrato poderá ser rescindido, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses da CONTRATADA:







- 11.2.1. infringir quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato;
  - 11.2.2. entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;
  - 11.2.3. transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;
  - 11.2.4. recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
  - 11.2.5. deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao Contratante;
  - 11.2.6. deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;
  - 11.2.7. ser declarada inidônea e/ou suspensa e/ou impedida do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
  - 11.2.8. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, associar-se com outrem, praticar fusão, cisão ou incorporação, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada;
  - 11.2.9. demais hipóteses previstas na legislação.
- 11.3. A rescisão do contrato poderá ser:
- I - determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados no subitem anterior;
  - II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
  - III - judicial, nos termos da legislação;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO**

- 12.1. Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à CONTRATADA, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA**

- 13.1. A CONTRATADA prestou garantia contratual no valor de R\$ 4.884,00 equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.
- 13.2. A CONTRATADA prestou garantia por meio da seguinte modalidade: Seguro Garantia.





- 13.3. A PBH Ativos S/A poderá utilizar, total ou parcialmente da garantia exigida para ressarcir-se de multas, indenizações e prejuízos originários do contrato.
- 13.4. O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente pela PBH Ativos S/A para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive de terceiros, obrigando-se a CONTRATADA a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.
- 13.5. As modalidades de seguro garantia e de fiança bancária não podem trazer cláusulas restritivas do uso da garantia e nem de limitações de prazo para comunicado de sinistro, se for o caso.
- 13.6. A garantia contratual terá o prazo de vigência de 90 (noventa) dias, após o vencimento do contrato.
- 13.6.1. A garantia somente será liberada ou restituída após o prazo acima, e desde que, a execução de todas as obrigações contratuais esteja cumprida e não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.
- 13.7. O tomador deverá efetuar o pagamento do respectivo prêmio por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice, conforme disposto no art. 8º, inciso I, Circular SUSEP nº 477/13.
- 13.8. Nos casos de majoração do valor contratual exigir-se-á reforço da garantia prevista no subitem 13.1 deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto nos §§ 1º e 2º, art. 65 da Lei n. 8666/93.
- 14.2. A tolerância da CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.
- 14.3. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.
- 14.4. A quantidade de cartões a serem providenciados/ativados, será gradativa, iniciando-se com uma estimativa de implantação de 15 cartões.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

- 15.1. A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município "DOM" correrá por conta e ônus da PBH Ativos S/A.







## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS ANEXOS

16.1. Vincula-se ao presente contrato a proposta da CONTRATADA, nos termos do art. 55, XI, da Lei nº 8.666/93 e são anexos ao presente instrumento e dele fazem parte integrante:

1. Anexo I – Projeto Básico – Prestação do serviço.

## CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2015

.....  
RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS  
Diretor Presidente  
PBH ATIVOS S/A

RODRIGO SALZANO  
SODEXO PASSA DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S/A

Testemunhas:

- 1) .....  
2) .....





## ANEXO I

### PROJETO BÁSICO/DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços com as seguintes características e especificações:
  - 1.1. O auxílio/crédito alimentação será fornecido através de cartões eletrônicos/magnéticos, com chip de segurança com senha numérica pessoal e intransferível para validação das transações eletrônicas, através de digitação em equipamento POS/PDV ou similar, pelo usuário/empregado, no ato da aquisição dos alimentos “in natura” nos estabelecimentos credenciados, de acordo com as instruções do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.
    - 1.1.1. O auxílio/crédito refeição será fornecido através de cartões eletrônicos/magnéticos com senha numérica, pessoal e intransferível, respeitadas as instruções do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.
  - 1.2. Os cartões eletrônicos/magnéticos alimentação e refeição deverão ser entregues personalizados, com nome do empregado do órgão, razão social da PRODABEL e numeração de identificação sequencial, conforme disposto no artigo 17, da Portaria 03, de 01 março de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego.
  - 1.3. Os cartões eletrônicos/magnéticos deverão ser entregues em envelope lacrado, com manual básico de utilização e bloqueados. O desbloqueio dos cartões deverá ser feito através de Central de Atendimento Eletrônico, pelo usuário.
  - 1.4. A CONTRATADA deverá apresentar no prazo máximo de 10 dias corridos, contados da assinatura do contrato, a relação dos estabelecimentos credenciados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, relativa ao cartão alimentação e cartão refeição, acompanhada de DECLARAÇÃO de que as informações constantes nas listagens são verdadeiras.
    - 1.4.1. As listagens comprovando o devido credenciamento devem ser apresentadas com razão social, nome fantasia, CNPJ, endereços e telefones dos estabelecimentos credenciados, contendo o seguinte:
      - a) 04 (quatro) hipermercados;
      - b) Mínimo de 03 (três) supermercados que possuam, no mínimo, 03 (três) filiais;
      - c) Mínimo de 02 (dois) açougues/frigoríficos que possuam, no mínimo, 03 (três) filiais;
      - d) Mínimo de 03 (três) casas de lanche que possuam, no mínimo, 03 (três) filiais;
      - e) Mínimo de 03 (três) casas de alimentação, assim consideradas restaurantes/bares/lanchonetes e afins, que possuam estabelecimento comercial em funcionamento próximo à sede da PBH Ativos S/A num raio de 2,5 km;
      - f) Mínimo de 400 (quatrocentos) estabelecimentos credenciados em relação ao cartão refeição;
      - g) Mínimo de 10 (dez) hortifrutis.
  - 1.5. O reembolso às empresas credenciadas será efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, independentemente da vigência do contrato, ficando claro que a PBH ATIVOS S/A não responderá solidária e nem subsidiariamente por esse reembolso.
  - 1.6. Poderão ser exigidas cópias dos convênios/contratos celebrados com os referidos estabelecimentos, a critério da PBH Ativos S/A





- 1.7. A Contratada deverá manter nas empresas credenciadas, afiliadas à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.
- 1.8. Os cartões deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação feita pela PH Ativos S/A, no local por ela designado.
- 1.9. O prazo para disponibilização dos créditos nos cartões eletrônicos/magnéticos será de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação da PBH Ativos S/A.
- 1.10. A segunda via do cartão será entregue nas mesmas condições estabelecidas no subitem 1.8 e sem ônus para a PBH Ativos S/A.
  - 1.10.1. Quando for solicitado algum bloqueio de cartão alimentação / refeição diretamente pelo usuário, via Central de Atendimento, a segunda via deverá ser emitida imediatamente, sem que haja intervenção da PBH Ativos S/A.
- 1.11. No caso de perda ou extravio do cartão refeição/alimentação, a CONTRATADA deverá repassar o crédito existente no cartão atual para o novo cartão confeccionado.
- 1.12. A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente relatórios gerenciais com as seguintes informações mínimas:
  - a) Nome do empregado/usuário da PBH Ativos S/A, número do cartão, data e valor do crédito concedido;
  - b) Local, data e valor da utilização dos créditos pelos empregados da PBH Ativos S/A na rede de estabelecimentos credenciados;
  - c) Quantidade de cartões reemitidos por empregados da PBH Ativos S/A.
- 1.13. Serão exigidas providências imediatas quanto à correção das deficiências apontadas pela PBH Ativos S/A em relação à execução dos serviços contratados.
- 1.14. Detalhamento da quantidade de cartões eletrônicos / magnéticos e estimativa do custo mensal:
  - 1.14.1. A estimativa é de 20 cartões refeições/alimentação, a ser definido pelo empregado da PBH Ativos S/A, após a escolha da vencedora.
  - 1.14.2. Os créditos deverão ser lançados nos cartões eletrônicos/magnéticos, mensalmente, até o 5º dia útil de cada mês, o valor fixo para cada empregado, correspondendo a 22 (vinte e dois) dias úteis em cada mês, ao valor de R\$ 18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos) previsto por dia.
  - 1.14.3. Os empregados têm a opção de receber um cartão alimentação ou cartão refeição.
  - 1.14.4. Poderão optar por receber todos os créditos somente no cartão refeição e/ou alimentação.
  - 1.14.5. Deverá ser fornecido/informado junto à proposta comercial o valor da taxa de administração.

